

Setembro • Outubro de 2008

8

ÁguasBrasil

Informativo da Agência Nacional de Águas Nº 8

Como nasce uma hidrelétrica?

Entenda o processo de instalação que envolve as áreas de recursos hídricos, meio ambiente e geração de energia

3

Entrevista

O diretor-presidente da ANA, José Machado, fala sobre a importância de considerar o setor hidroviário ao licenciar hidrelétricas.

4

Produtor de Água

Programa que incentiva produtores rurais a adotarem boas práticas de conservação de água e solo é destaque no Canadá.

7

Indicadores

A ANA desenvolve iniciativas variadas em prol da conservação de água e solo. Confira algumas dessas ações e seus principais números.

Com 12% da água doce superficial do mundo, o Brasil ainda aproveita pouco o imenso potencial que possui para explorar o transporte de navegação em seus vários rios. O tema tramita no Congresso Nacional há cerca de 12 anos, mas sem muitos avanços. Este ano, uma nova versão do Plano Nacional de Viação chegou ao Senado, que deve votar a proposta em 2009. Uma vez aprovado o plano, a ANA poderá tomá-lo como referência no momento de examinar os pedidos de outorga de usos competitivos com a navegação. Além de facilitar o planejamento, o Plano Nacional de Viação vai aprimorar o trabalho da ANA que hoje, sem parâmetros, tem que consultar o Ministério dos Transportes a cada pedido de outorga.

Este ano houve outros dois avanços que contaram com a participação da ANA. Um deles foi a assinatura de um acordo de cooperação com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com o objetivo de traçar estratégias para explorar o transporte hidroviário. O potencial de navegabilidade de superfície do Brasil é de 63 mil quilômetros, divididos em nove bacias, que são formadas por 44 mil quilômetros de rios. Desse total, 29 mil quilômetros estão naturalmente disponíveis, ou seja, não precisam de obras. No entanto, o Brasil explora economicamente apenas 13 mil quilômetros, segundo a Antaq. A Bélgica, por exemplo, utiliza 100% de seus 1.400 quilômetros de potencial de navegação, que equivalem a apenas um rio brasileiro, o Parnaíba.

Outra iniciativa estimulada pela Agência foi a criação de um grupo de trabalho incluindo os ministérios do Planejamento, dos Transportes, da Agricultura, de Minas e Energia, a Antaq e a Aneel. A missão do grupo é otimizar o planejamento integrado para a utilização dos recursos hídricos, seja para a navegação, a irrigação, a geração de energia ou outra atividade, de forma que os projetos voltados para os rios contemplem todas as possibilidades sociais e econômicas. Um exemplo é a inclusão de eclusas nos empreendimentos hidrelétricos. Com mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil possui apenas 20 eclusas prontas e cinco em construção. A Bélgica, em seus 32.545km², possui 17 eclusas.

Nesta edição do ÁguasBrasil, o diretor-presidente da ANA, José Machado, discute essas iniciativas. E por falar em hidrelétricas, este boletim explica como elas são criadas e detalha o papel da ANA nesse processo.

Há também informações sobre o acordo que a ANA assinou com a Adasa, para disponibilizar troca de dados; sobre o reconhecimento que o Programa Produtor de Água, pilotado pela ANA, recebeu no Canadá, e um balanço da atuação da Agência no que concerne à conservação de água e solo.

Boa leitura!

Expediente

O Águas Brasil é um informativo da Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Diretoria Colegiada
José Machado (diretor-presidente)
Benedito Braga
Oscar de Moraes Cordeiro Netto
Bruno Pagnoccheschi
Dalvino Troccoli Franca

Coordenação-Geral das Assessorias (CGA)
Antônio Félix Domingues

Assessoria de Comunicação Social
Adriana de Castro – Mtb 3.114/MG

Redação:
Carol Braz – DF 3962JP
Denise Caputo – DF 4208JP
Raylton Alves – DF 6948JP

Projeto gráfico: TDA Comunicação
Diagramação e revisão: Gráfica e Editora América Ltda.
Foto de capa: Anna Paola Bubel / Banco de Imagens ANA
Impressão: Artes Gráficas e Editora Pontual Ltda. EPP.

Tiragem: 6 mil exemplares
Periodicidade: Bimestral

Endereço: Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco M
CEP: 70610-200
Brasília - DF
Telefone: (61) 2109-5103
Endereço eletrônico: imprensa@ana.gov.br
Site na Internet: www.ana.gov.br

© Agência Nacional de Águas
As matérias deste jornal podem ser reproduzidas,
desde que citada a fonte.



Diretor-presidente da ANA desde 2005, Machado é graduado e pós-graduado em Ciências Econômicas.

O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas fala ao ÁguasBrasil sobre a importância de criar um Plano Nacional de Viação que norteie o planejamento do setor elétrico aliado à navegação em rios brasileiros. Um piloto com essas características está em articulação na Bacia Hidrográfica Tapajós-Teles Pires, marcada por seus múltiplos usos da água. A intenção é outorgar os usuários sem prejudicar a navegação.

ÁguasBrasil – Como aproveitar melhor o potencial de navegação dos rios e qual o papel da ANA nessa tarefa?

José Machado – A primeira coisa a ser dita é que o Brasil tem que ter um Plano Nacional de Viação, apontando os rios com potencial e prioridade para a navegação. O plano tem que ser coerente, porque o País não pode abraçar todos os rios brasileiros e torná-los navegáveis. O Ministério dos Transportes elaborou o Plano Nacional de Logística, que define as prioridades para a navegação, mas não faz relação com o planejamento do setor elétrico. O ideal é que os projetos hidrelétricos sejam construídos simultaneamente e de maneira integrada com os projetos de transporte hidroviário.

AB – Além de mais racional, trabalhar conjuntamente reduz custos?

JM – Estamos travando um esforço conjunto com os Ministérios do Planejamento, dos Transportes, de Minas e Energia e da Agricultura, e com a Antaq e a Aneel, focando a Bacia Hidrográfica Tapajós-Teles Pires, estratégica do ponto de vista dos usos múltiplos da água. Estudos do Mapa, do MT e da Antaq apontam que haverá impactos importantes no custo do transporte. Hoje, boa parte da produção é escoada pelo sul do País para, de lá, seguir de navio para outros países. É uma logística irracional. Nossa intenção é viabilizar eclusas que permitam que a navegação na bacia do Tapajós-Teles Pires chegue até a região onde se produz grãos em escala significativa.

AB – Os resultados dessas discussões virão a tempo de as hidrelétricas do rio Madeira incluírem eclusas?

JM – Trabalhamos para que as eclusas do rio Madeira tenham seus projetos básicos aprovados aqui pela ANA, mas, infelizmente, essas construções não acontecerão simultaneamente à construção dos projetos hidrelétricos. Houve um descompasso na discussão dos projetos e os recursos necessários não foram previstos em tempo hábil. Estamos tentando salvaguardar os interesses do setor com a exigência de que o empreendedor apresente o projeto básico das eclusas. Fazer as eclusas depois custa mais caro, como acontece com a eclusa do Tucuruí, no rio Tocantins. Essa foi uma opção que o Brasil fez, mas a gente espera que no futuro as coisas sejam melhor equacionadas. Estima-se que o custo seja 30% ou 40% maior quando a eclusa é construída depois, mas depende do projeto.

AB – É possível fazer projetos incluindo todas as possibilidades de uso dos rios?

JM – Há um esforço envolvendo a Aneel, o Ministério de Minas e Energia, o Ibama e a ANA para melhorar o processo de licenciamento visando a termos condição de analisar os projetos considerando os planos de bacia. Se chegarmos a um consenso, poderemos induzir uma análise mais inteligente dos projetos. A ANA concluiu o plano estratégico da bacia do Araguaia-Tocantins, que deixou clara a necessidade de desenvolver eclusas nos projetos hidrelétricos de Estreito e Lajeado. Lá, não se planejaram eclusas, o que vai trazer grande prejuízo para a navegação comercial. Se as eclusas forem implantadas, será possível estender a navegação do Tucuruí até a foz do Tocantins. Quando a eclusa do Tucuruí estiver pronta, o que está previsto para junho de 2010, teremos cerca de 600Km de hidrovias viabilizados. Quando feita a eclusa de Estreito e Lajeado, a navegabilidade do Tocantins poderá dobrar. Ao estudar os afluentes da margem direita do rio Amazonas, a ANA verificou uma oportunidade de estender o transporte até o município de Sinop (MT), podendo escoar a produção pelo porto de Santarém (PA).

“Uma vez aprovado o Plano Nacional de Viação, a ANA poderá se apoiar nele para examinar os pedidos de outorga de usos competitivos com a navegação. Isso facilitará e otimizará o processo”.

Produtor de Água vira *case* de sucesso no Canadá

A experiência bem sucedida da Agência com a implantação do Produtor de Água em municípios da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá foi apresentada como *case* de sucesso, durante o Intercâmbio de Aprendizagem sobre Conservação – ConEx Gente e Natureza. O evento aconteceu de 12 a 17 de outubro, em Vancouver, Canadá.

O Produtor de Água estimula a participação e o engajamento dos produtores rurais, à medida que os remunera pelos serviços ambientais prestados. Além da remuneração, os produtores rurais contam com suporte técnico das instituições que aderem ao programa.

Com experiências comprovadas em três municípios brasileiros, a ANA levou ao Canadá mais do que uma proposta oficial. Os participantes tiveram a oportunidade de conhecer, de fato, como o Programa é implantado e como funciona a partir daí. "A intenção da ANA é apresentar esse *case* de sucesso como forma de estímulo à adoção de boas práticas como as difundidas

pelo Produtor de Água", garante Devanir Garcia, gerente executivo da ANA.

A experiência brasileira

O projeto piloto da ANA já rende frutos pelo Brasil. Em Minas Gerais, por exemplo, foi criado o projeto Bolsa Verde, que institui mecanismo de incentivo remunerado e preservação de aquíferos, matas, ecossistemas e biodiversidades no Estado. Especialistas da ANA ajudaram na elaboração do Bolsa Verde, apoiando tecnicamente a iniciativa mineira, nos moldes do Produtor de Água.

O programa da ANA já foi implantado nos municípios de Nazaré Paulista e Joanópolis, ambos em São Paulo, e em Extrema (MG). Na cidade mineira, os produtores cercaram as áreas de preservação permanente (nascentes e cursos de água) e plantaram mudas de árvores nativas. O pagamento pelos serviços ambientais também já é uma realidade por lá. O incentivo é pago de acordo com a área da propriedade que já foi recuperada.

Parceria para uma produção industrial mais limpa

Melhorar a gestão ambiental de uma empresa, por meio do aperfeiçoamento contínuo da utilização da água, energia e matérias-primas. Em suma, este é o conceito de Produção mais Limpa (P+L). Em conformidade com esta idéia, a ANA, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) assinaram, em 2005, um Termo de Cooperação Técnica (TCT) para a integração das ações de gestão de uso, controle, racionalização, conservação e proteção dos recursos hídricos.

Contido no TCT, o Programa Produção mais Limpa tem o objetivo de estimular a redução do consumo de matérias-primas e insumos por pequenas e médias indústrias mineiras. O motivo é simples: com este consumo mais racional e eficiente, as empresas geram menos efluentes e reduzem custos, o que acaba tornando ambiental e economicamente vantajosa esta mudança de postura. No setor moveleiro de Minas Gerais, por exemplo, houve uma redução de 27 toneladas de resíduos ao ano. Como

isto foi possível? Pela simples alteração do corte das chapas utilizadas no processo produtivo.

A implementação da P+L em Minas Gerais, estado rico em recursos hídricos e com grande potencial industrial, fará com que importantes bacias hidrográficas brasileiras sejam beneficiadas: São Francisco, Doce e Paraíba do Sul.

Para divulgar o Programa, palestras são realizadas em comitês de bacia, para motivar as empresas a aderirem à iniciativa. Neste momento, ocorrem as inscrições das indústrias. Depois há uma seleção. As empresas escolhidas indicam representantes para participarem do curso de capacitação de facilitadores em P+L, promovido por ANA, Igam e Fiemg.

Os interessados em participar do programa podem obter mais informações em www.fiemg.com.br, pelo e-mail gma@fiemg.gov.br ou por meio do (31) 3263-4504.

ANA e Adasa trabalham em prol das águas do DF

Acordo de cooperação técnica firmado entre a ANA e a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal (Adasa) promete deixar os usuários de águas do DF mais aliviados. Ele prevê a realização de ações de uso racional dos recursos hídricos; conservação de água e solo; e revitalização e proteção desse bem finito.

A primeira ação pública no âmbito desse acordo aconteceu entre 29 e 30 de setembro na sede da ANA, em Brasília. O Encontro Técnico sobre o Monitoramento Hidrometeorológico de Qualidade de Água, de Sedimentos e de Águas Subterrâneas no Distrito Federal reuniu especialistas das duas instituições em discussões variadas.

Durante o evento, vários pontos do acordo foram abordados, como o compartilhamento das bases de dados hidrometeorológicos e das redes de monitoramento do DF. Uma das intenções é unificar o cadastro de usuários de recursos hídricos do Distrito Federal com a base de dados do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (Cnarh), sob tutela da ANA.

Os objetivos do acordo devem ser concluídos em 2011. Até lá, um extenso plano de trabalho será executado, incluindo a elaboração de estudos para a outorga de lançamento de efluentes no DF; a definição de procedimentos comuns e métodos de fiscalização do uso da água etc.

Como nasce uma grande hidrelétrica?

Entenda o processo de outorga de uso da água para a geração de energia em rios de domínio da União



Ricardo Medeiros

A instalação de uma UHE envolve os setores de recursos hídricos, de meio ambiente e de geração de energia

Aproveitamentos hidrelétricos utilizam grandes quantidades de recursos hídricos, de forma não-consuntiva. Por isso, são sujeitos à outorga de direito de uso da água e à fiscalização por parte da ANA ou dos órgãos gestores de recursos hídricos estaduais, conforme o domínio do rio.

Inicialmente, é preciso compreender que o processo de implantação de hidrelétricas envolve a concessão de dois bens públicos: a água e o potencial de energia hidráulica. Antes de licitar a concessão ou a autorização do uso do potencial de energia hidráulica em rios federais, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve obter uma declaração de reserva de disponibilidade hídrica (DRDH) junto à ANA. Além disso, o empreendedor deve obter a licença prévia do Ibama ou do órgão ambiental estadual, conforme a abrangência do impacto ambiental.

Mas afinal, para que serve a DRDH? Essa declaração tem características semelhantes à outorga preventiva, por não conferir direito de uso. Ela reserva a quantidade de água necessária à viabilidade do aproveitamento hidrelétrico e estabelece condições para a sua compatibilização com os usos múltiplos, constituindo o sinal verde da ANA para que se realize o leilão para a exploração do potencial de energia hidráulica.

Para conceder uma DRDH, a ANA avalia aspectos hidrológicos (séries históricas de vazões, quantidade de sedimentos, qualidade da água etc.); características do empreendimento (estruturas hidráulicas, remanso, assoreamento, entre outras), e a compatibilização da usina com os usos múltiplos (consumos rio-acima; impacto sobre usos existentes, potencial de utilização do reservatório etc.). Essas análises permitem avaliar a disponibilidade hídrica, bem como definir as condições e condicionantes para o empreendimento.

Segunda etapa

Após a realização do leilão, o empreendedor vencedor encaminha o projeto básico para a ANA. Ele deve estar de acordo com as condições e condicionantes apontadas pela Agência na DRDH. Se estiver em consonância, a declaração é automaticamente convertida em outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Vale destacar aqui que o Ibama necessita da outorga da ANA para conceder a licença de instalação. Com a outorga de direito de uso da água e a licença de instalação, a Aneel aprova o projeto básico, autorizando o empreendedor a iniciar a construção da usina.

Depois de construída, a hidrelétrica terá seu funcionamento, do ponto de vista hídrico, monitorado e fiscalizado pela ANA. Além disso, sua outorga terá que ser renovada sempre que vencer o prazo de concessão do serviço, estabelecido pela Aneel.

Não confunda

Há três tipos de aproveitamentos hidrelétricos, e todos eles necessitam de uma outorga de direito de uso da água. Mas os processos de instalação variam. Confira:

- Usinas hidrelétricas (UHE): potência superior a 30 MW;
- Pequenas centrais hidrelétricas (PCH): potência entre 1 e 30 MW;
- Micro-centrais hidrelétricas (MCH) ou centrais geradoras hidrelétricas (CGH): potência inferior a 1 MW. Esse tipo de empreendimento não precisa de concessão da Aneel, somente de registro.

X Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (X ENCBH)

Debater o fortalecimento da gestão integrada e participativa dos recursos hídricos brasileiros é o objetivo principal do X ENCBH, que acontece de 10 a 14 de novembro, no Rio de Janeiro. Com o apoio da ANA, o evento pretende reunir representantes de entidades gestoras de recursos hídricos de todo o País; dos usuários de água; dos poderes públicos federal, estaduais e municipais; da sociedade civil organizada, entre outros.

Rios federais e estaduais: o desafio de gestão

O País conta com mais de 158 comitês instalados e funcionando em 18 estados da Federação. Desse total, sete são comitês instalados em rios federais, que contam com o apoio de especialistas da ANA para sua gestão. Os comitês federais abrangem rios de grande importância no cenário nacional, tais como: Paraíba do Sul; Piracicaba; Doce; Paranaíba e São Francisco. A gestão dos recursos

hídricos brasileiros representa um grande desafio para os gestores, principalmente por seu caráter descentralizado e participativo – a gestão deve ser realizada pela União (em rios federais) e pelos estados (em rios estaduais), mas o recurso é indispensável a todos. “Temos que crescer e ocupar mais nosso território, mas de maneira sustentável, respeitando, principalmente, nossos recursos naturais”, enfatiza José Machado, diretor-presidente da ANA.

A grande preocupação da Agência é avançar ainda mais nas discussões de como a articulação entre a União e os estados deve ocorrer. Responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a ANA estimula e apóia as iniciativas regionais para a criação de comitês de bacias hidrográficas, de agências de água e de órgãos gestores estaduais. O respaldo é conferido pela Lei nº 9.433/97, a conhecida “Lei das Águas”.

ANA e CBHs: união para a gestão da água

Base do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, os comitês de bacia exercem um papel ímpar na gestão das águas brasileiras. Eles são criados após aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e efetivados por Decreto Presidencial. Confira a agenda de recursos hídricos:

- No Comitê do São Francisco, a cobrança pelo uso de água e a instalação de uma agência de bacia já foram discutidas. De 29 a 31/10, o colegiado reúne-se com os comitês de bacias de rios afluentes, visando a integrar ações.
- Na reta final para o processo de integração na bacia, o CBH-Doce promove, em 23/10, sua 7ª Reunião Extraordinária, que tratará da alteração do regimento interno – ampliando o número de membros do Plenário.
- A inauguração da sede do CBH-Paranaíba, em Itumbiara (GO), e a definição de grupos de trabalho prioritários marcaram o mês de setembro. Em dezembro acontece a 2ª Reunião Ordinária do comitê, em Uberlândia (MG).
- Cresce a expectativa para a campanha de cadastro de usuários no rio Verde Grande. A campanha acontece de 6 a 17 de outubro e pretende fiscalizar cerca de 200 usuários de água na bacia.

Intercâmbio de experiências em gestão de água

Em continuidade às ações no âmbito do memorando de entendimento entre ANA e Office International de l’Eau (OIEau), técnicos da Agência foram à França, em setembro, trocar experiências em instalação de organismos de bacias, funcionamento de agências de bacias e adoção de instrumentos de gestão, como a cobrança pelo uso da água. Durante a missão, conheceram as agências das bacias Seine-Normandie e Loire-Bretagne, o OIEau, o Office National de l’Eau et des Milieux Aquatiques etc.

Notas

Expectativa para o concurso público

A abertura de 152 novas vagas na ANA tem gerado grande expectativa nos concurrenseiros do País. A contratação da empresa responsável pelo certame acontecerá até o final de outubro e o edital sairá em novembro. As provas devem ser realizadas no início do próximo ano.

Assembléia-Geral da Relob

A Rede Latino-Americana de Organismos de Bacia realiza Assembléia Geral para eleição do Conselho Diretor e da Secretaria Executiva. A reunião será durante o X ENCBH, no Rio de Janeiro, de 10 a 14 de novembro. O Estatuto e o Plano de Trabalho da Rede também serão discutidos.

Capacitação em alta

Entre 29 de setembro e 3 de outubro a ANA promoveu o Curso Direito de Águas, que capacitou 73 pessoas, na sede da Agência, em Brasília. De 27 a 31 de outubro, será realizado, em Foz do Iguaçu (PR), o IV Curso de Medição de Vazão Acústico Doppler, que pretende capacitar 25 profissionais da área hidrométrica.

Brasil e Portugal

Diretores da ANA e representantes do Governo Português se reuniram de 24 a 26 de setembro, em Portugal, para trocar experiências sobre gestão de recursos hídricos. Na ocasião, a evolução do sistema brasileiro de gestão foi debatida durante sessão do Conselho Nacional da Água daquele país.

Saiba mais sobre os reservatórios de aproveitamento hidrelétrico

A ANA define e fiscaliza as condições de operação dos reservatórios, procurando garantir sempre o uso múltiplo da água. No que concerne à definição das condições de operação de aproveitamentos hidrelétricos, ela é feita em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Diariamente, a Agência acompanha a situação dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN), verificando o cumprimento das condições de operação definidas.

Quando necessário, atua nos pontos onde se estabelecem conflitos de uso, condições de iminente crise de abastecimento ou situações de cheia.

O acompanhamento feito pela ANA demonstra, por exemplo, que Sobradinho é o reservatório de aproveitamento hidrelétrico que demanda mais atenção no momento, podendo vir a impactar os usos múltiplos da água. Seu nível de armazenamento era de 37,5% do seu volume útil em 08/10.

Conservação de água e solo: pequeno balanço

A Agência Nacional de Águas (ANA) desenvolve diversos projetos com o objetivo de promover o manejo conservacionista do solo, provocando a melhoria da recarga dos aquíferos e reduzindo os processos erosivos, a perda de solos e os danos diretos aos rios brasileiros. As ações são bem variadas, confira algumas delas a seguir:

Reflorestamento conservacionista visando à reconstituição de reserva legal – ação alcança 527 hectares, sendo 300 no município mineiro de Extrema, 70ha em Luz, 60ha em Pedras do Indaiá, 57ha em Martinho Campos e 40ha em Pains. Apenas nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), o Programa Produtor de Água prevê a recuperação e a conservação de 800ha de florestas.

Implantação mecânica de controle de erosão – projetos vão beneficiar 2.834 hectares com a construção de 3.342 bacias de infiltração, distribuídas pelos municípios de Augusto de Lima, Bocaiúva, Buenópolis, Funilândia, Jequitibá, Luz, Martinho Campos, Pains, entre outros.

Proteção, recuperação e adequação de estradas vicinais – no total, 277km de estradas estão sendo recuperadas, sendo que outros 30 projetos já foram contratados e prevêem a recuperação de mais de 460km de estradas.

Recuperação e/ou isolamento com cercas de áreas de matas ciliares – 365 nascentes já foram recuperadas.

Monitoramento das ações de conservação de água e solo – foram instalados 500 equipamentos para medir o volume de água captado por terraços e barraginhas e a produção de sedimentos nos 12 projetos implantados com a Ruralminas em Minas Gerais. Além disso, estão em implantação quatro estações fluviométricas e sedimentológicas na bacia do Ribeirão das Posses, em Extrema, para monitorar os resultados do piloto do Produtor de Água.

A Agência ainda desenvolve ações de educação ambiental e participa de discussões com vistas à criação de uma Política Nacional de Conservação de Água e Solo.

Conheça a Agência

Garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos; planejar e promover ações destinadas a prevenir e a minimizar os efeitos de seca e inundações, e apoiar programas de estímulo à conservação e à racionalização dos usos das águas: essas são algumas das atribuições da Superintendência de Usos Múltiplos (SUM) da ANA. Suas atividades são desenvolvidas por três gerências.

Quem é quem

À Gerência de Eventos Críticos (Gevec) compete, principalmente, planejar e promover ações para prevenir e minimizar os efeitos de eventos hidrológicos extremos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil. Ela abriga a “Sala de Situa-

ção da ANA”, que acompanha as tendências hidrológicas em todo o Brasil, analisando a evolução das chuvas, os níveis e as vazões dos rios e reservatórios e a previsão do tempo.

A Gerência de Articulação com Setores Usuários (Geart) é responsável por, entre outras atividades, articular o planejamento de recursos hídricos com os dos setores usuários, bem como mediar conflitos entre eles.

Já à Gerência de Conservação de Água e Solos (Gecas) cabe, em especial, apoiar e promover ações de estímulo ao uso racional da água – inclusive mediante reúso –, bem como iniciativas de revitalização de bacias hidrográficas.

Finalistas: criatividade em prol do uso sustentável da água

O Prêmio ANA 2008 chega à reta final com 18 projetos concorrendo em seis categorias: governo, empresas, organizações não-governamentais, organismos de bacia, imprensa e academia. São iniciativas que buscam a excelência e a originalidade na conservação e no uso sustentável dos recursos hídricos. Os finalistas são de oitos estados brasileiros: Bahia, Ceará, Goiás, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Governo

Há dois finalistas de São Paulo e um do Rio Grande do Norte. São iniciativas com objetivos variados: redução do consumo de água por meio de ações em escolas, revitalização de Áreas de Proteção Permanentes (APPs) de nascentes em áreas públicas urbanas, e elaboração e implementação de um modelo de gestão participativa em manancial.

Empresas

Bahia, Goiás e São Paulo são os estados onde são desenvolvidos os projetos dessa categoria. As empresas finalistas (das áreas de saneamento, da agroindústria sucroalcooleira e da lavagem de fardamentos industriais) apresentam iniciativas diversas, contribuindo para otimizar o uso da água em suas atividades, em sintonia com a questão ambiental.

ONGs

Os três projetos dessa categoria beneficiam, de forma variada, áreas com cenários bastante diferentes: a Região Metropolitana de São Paulo; a bacia do Rio dos Queimados, em Concórdia (SC), e os aquíferos termais de Caldas Novas e Rio Quente (GO). Mobilização social, restauração de mata ciliar e investimento em pesquisa são algumas das ações envolvidas nessas iniciativas.

Academia

Um sistema de tratamento para reúso de água oriunda da lavagem de veículos; o melhoramento genético de bactéria remediadora de efluentes contaminados por metais pesados, e um sistema capaz de tratar a água de mina de carvão extinta: esses são os focos de cada um dos três projetos finalistas.

Imprensa

Rádio, revista e jornal têm matérias finalistas. As reportagens abordam contextos variados (a exemplo do semi-árido brasileiro e da Região Metropolitana de São Paulo), promovendo reflexões sobre os avanços e desafios da gestão de recursos hídricos no País e apontando alternativas para solucionar e/ou minimizar os impactos de situações críticas.

Organismos de bacia

Proteger e recuperar o ecossistema da bacia do rio Tibagi (PR), com o envolvimento de professores e alunos; preservar e conservar a bacia do ribeirão Lajeado (SP); e implantar rede de monitoramento automático da quantidade e qualidade das águas do trecho paulista do rio Paraíba do Sul: esses são os objetivos dos projetos finalistas dessa categoria.

Os finalistas vão receber esculturas de bailarinas em alumínio reciclado com conchas, da artista plástica e artesã Giovanna Barbosa. Os materiais e técnicas são ambiental e socialmente corretos. A coleta das conchas estimulou a criação de um projeto social para famílias de pescadores e pessoas de baixa renda do Espírito Santo.



Denise Caputo e Stela Rick / Banco de Imagens ANA

Seleção

A seleção dos projetos inscritos foi feita por uma Comissão Julgadora, externa à Agência, formada por pessoas com notório conhecimento na área de recursos hídricos: José Tundisi, Paulo Canedo, Rosana Garjulli, Adalberto Marcondes e Rebecca Abers.

Para se chegar aos 18 finalistas, realizou-se um criterioso processo seletivo. Primeiro houve uma pré-avaliação, que qualificou 67 iniciativas. A partir disso, os julgadores escolheram os 30 pré-finalistas, que foram vistoriados, um a um, por servidores da área técnica da Agência. Com base nos projetos enviados e nas vistorias realizadas, 18 projetos – três de cada categoria – foram selecionados como finalistas pela Comissão Julgadora.

Os vencedores de cada categoria serão revelados em 4/12, no auditório da Caixa Cultural de Brasília. Mais informações estão disponíveis em www.ana.gov.br/premio.